

# TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

## Um plano para a conversão da economia à era do baixo carbono

Urge uma estratégia nacional sólida para enfrentar os desafios climáticos

**Robson Braga de Andrade**

Empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

A pandemia de Covid-19 e o aumento da frequência de fenômenos extremos —como a onda de frio intenso no Brasil, o calor recorde no hemisfério norte e as enchentes na Europa— reforçaram as preocupações com as mudanças climáticas. Os prejuízos econômicos e sociais deixados pelos desastres ambientais exigem ações de prevenção e de adaptação a esses eventos. Também desafiam os países e as empresas a adotarem estratégias ambiciosas de redução das emissões de gases de efeito estufa.

Essas medidas são fundamentais para o cumprimento do Acordo de Paris e para a construção de um mundo mais sustentável —temas que serão discutidos na COP26, a conferência das Nações Unidas sobre o clima, marcada para novembro, em Glasgow, na Escócia. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) vem acompanhando as negociações para a COP26, pois as ações do setor produtivo são decisivas para o êxito do combate ao aquecimento global.

No Brasil, há inúmeras iniciativas empresariais nessa direção. Entre elas, está o Instituto Amazônia+21, um empreendimento da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (Fiero) e da CNI. A entidade, criada recentemente, desenvolverá projetos empresariais que combinem a conservação da floresta com o crescimento econômico e a geração de emprego e renda naquela região.

A indústria também vem fazendo investimentos expressivos na descarbonização. As emissões de gases de efeito estufa dos fabricantes de cimento instalados no país são 11% inferiores à média mundial. O setor de papel e celulose, que destina 9 milhões de hectares ao cultivo de árvores para fins industriais,

preserva outros 5,9 milhões de hectares de florestas nativas. Em uma década, as indústrias químicas reduziram em 44% as emissões de gases de efeito estufa.

Entretanto, ainda falta ao Brasil um projeto nacional que consolide a economia de baixo carbono. Esse plano deve se basear em quatro pilares. O primeiro é a transição energética, que requer a expansão do uso de fontes renováveis, o reconhecimento da importância dos biocombustíveis e o estímulo ao consumo racional de energia.

O segundo é a precificação do carbono e a adoção de um mercado baseado no sistema “cap and trade”, em que empresas com volume de emissões inferior ao autorizado podem vender o excedente para as que lançam uma quantidade maior de ga-

ses de efeito estufa na atmosfera. Isso estimulará os investimentos em tecnologias limpas.

O terceiro ponto desse plano é a economia circular, que privilegia a reciclagem para reduzir a demanda por recursos naturais e outras matérias-primas. Atualmente, o Brasil reaproveita quase 400 mil embalagens de vidro ao ano e recicla 56% dos produtos de alumínio e 97% das latas de bebidas. Valorizar as práticas de reaproveitamento de resíduos e outros materiais é fundamental para o futuro do planeta.

O quarto pilar é a conservação das florestas. Isso requer uma ação mais efetiva de combate ao desmatamento ilegal e das queimadas, sobretudo na Amazônia, que ocupa quase metade do território nacional e tem grande influência sobre o clima.

A expressiva área coberta por florestas, a rica biodiversidade e a maior reserva de água doce do mundo são características naturais que favorecem o Brasil na corrida pela economia verde. O país também se destaca pela matriz energética limpa. As fontes renováveis têm uma participação de 83% na geração brasileira de energia elétrica, muito acima da média de 27% registrada nos países ricos.

Para aproveitar melhor essas vantagens, o Brasil deve definir, com urgência, uma estratégia nacional sólida para o enfrentamento dos desafios climáticos. Com uma ação governamental articulada, associada ao trabalho feito pela indústria, o país pode liderar a mobilização global pela economia de baixo carbono. A revolução verde, que está transformando hábitos de consumo e métodos de produção em todo o planeta, também pode mudar, para melhor, o futuro dos brasileiros.

[...]

**Com uma ação governamental articulada, associada ao trabalho feito pela indústria, o país pode liderar a mobilização global pela economia de baixo carbono. A revolução verde, que está transformando hábitos de consumo e métodos de produção em todo o planeta, também pode mudar o futuro dos brasileiros**

## Alívio para maquiagem o verdadeiro problema

Redução na mensalidade dos convênios beneficia apenas uma pequena parcela

**Rafael Robba**

Advogado especialista em direito à saúde

Em decisão inédita, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) divulgou reajuste de -8,19% para os planos de saúde individuais e familiares. Na prática, a mensalidade dos convênios dessa modalidade será reduzida.

Desde 2000, quando a ANS passou a regulamentar o índice máximo de reajuste aplicado aos planos individuais e familiares, nunca houve a fixação de um percentual negativo. Ao contrário, os percentuais divulgados pela agência sempre foram alvo de críticas e questionamentos judiciais por serem índices muito acima da inflação geral e sem a devida transparência. Tanto que, em dezembro de 2018, após sofrer uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), e ser alvo de uma ação civil pública, a ANS decidiu rever o método de cálculo para apuração dos índices de reajustes dos planos individuais e familiares, adotando critérios mais transparentes.

Embora seja uma boa notícia, a decisão da ANS beneficia uma pequena parcela dos consumidores de planos de saúde.

Atualmente, pouco mais de 48 milhões de brasileiros estão vinculados a planos de assistência médica e hospitalar. Desse total, aproximadamente 81,2% dos consumidores de planos de saúde pertencem a contratos coletivos, enquanto apenas 20%, que estão vinculados a contratos individuais ou familiares, terão o alívio na mensalidade com essa deliberação da ANS.

A fixação de um índice negativo se deve, em grande parte, a medidas tomadas durante a pandemia para evitar a contaminação dos beneficiários pela Covid-19, como suspensão de cirurgias eletivas e agendamento de consultas, e que geraram uma forte redução das despesas (a chamada sinistralidade) para as operadoras e, consequentemente, aumento dos lucros.

Esse cenário favorável às operadoras de planos de saúde não provocará, no entanto, redução de custos aos consumidores de planos de saúde coletivos, pois não há qual-

[...]

**A fixação de um índice negativo se deve, em grande parte, a medidas tomadas durante a pandemia, como suspensão de cirurgias eletivas e agendamento de consultas, que geraram aumento dos lucros. (...) Esse cenário favorável não provocará, no entanto, redução de custos aos consumidores de planos de saúde coletivos**

quer ingerência da ANS na fixação dos índices dos reajustes sofridos por esses beneficiários.

A frágil atividade regulatória da ANS, com relação aos planos coletivos, permite que os reajustes sejam fixados exclusivamente pelas operadoras de planos de saúde, sem que haja o controle ou a necessidade de autorização prévia da agência.

Essa liberdade para reajustar as mensalidades fez com que os planos coletivos se tornassem prioridade das operadoras, tanto que boa parte dessas empresas, há muito, já não comercializam mais planos individuais e familiares.

Ao fechar os olhos para os reajustes dos planos coletivos, a ANS parece desconsiderar que esses contratos são compostos por consumidores e que a defesa do consumidor, além de ser uma garantia fundamental, é um dos princípios da ordem econômica do nosso país, previsto na Constituição Federal.

Proteger e defender o consumidor é uma das finalidades institucionais da ANS. Suas omissões, no entanto, fizeram com que o Poder Judiciário se tornasse, aos olhos dos consumidores, a instituição capaz de combater abusos praticados pelas operadoras de planos de saúde.

Os planos coletivos não devem ficar imunes ao controle mais rigoroso do poder público. Sem esforços para sanar esse problema, o mercado suplementar permanecerá desequilibrado para grande parte dos consumidores.

## PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



**Bolsonaro conversa com o procurador-geral da República, Augusto Aras, no Palácio do Planalto** Ueslei Marcelino/Reuters

**Augusto Aras**

É preocupante a eventual recondução de Augusto Aras à PGR. Esse senhor, ao postular a primeira indicação, submeteu-se à condição de Bolsonaro, que quis uma PGR afinada às políticas do governo. Ao aceitar tal condição, Aras violentou a autonomia da PGR —o que veio a repetir inúmeras vezes. O campo democrático do Ministério Público aguarda o compromisso do Senado com os princípios da Constituição.

**Marcelo Pedrosa Goulart**, promotor de Justiça aposentado (São Paulo, SP)

**Catarina Rochamonte**

Concordo com a colunista quanto à necessária equidade judicial para Bolsonaro e Lula (“Resposta aos cães de guarda de Lula”, Opinião, 23/8). No entanto, discordo veementemente de que devam ser tratados como iguais. Lula, metido em muitas falcaturas, deixou muitíssimas realizações, em educação, economia e política externa —e seu excelente relacionamento internacional é prova disso. Já o outro tem apenas uma extensa lista de malfeitos a apresentar.

**José Renato Ribeiro de Moraes** (Rio de Janeiro, RJ)

\*

A colunista Catarina Rochamonte, como toda a extrema direita e também a extrema esquerda, faz de tudo para defender as suas posições políticas, filosóficas e éticas. Todos compreendamos isso. O pensar, o falar e o escrever devem ser livres.

**José Dieguez** (São Carlos, SP)

**Reunião de governadores**

“Governadores querem reunião com Bolsonaro e busca de harmonia entre Poderes para estancar crise” (Poder, 23/8). Mais de 60% de rejeição; o presidente Bolsonaro está desesperado. Até o último minuto vai criar factoides para não aceitar a derrota. Para que essa reunião patética?

**Daniel Alvares** (São Paulo, SP)

\*

Só vejo um caminho para o país ganhar tranquilidade, estabilidade... Afastar esse desgoverno. Ele está distribuindo discórdia o tempo todo.

**Maria José dos Santos** (São João de Meriti, RJ)

**Bolsonarista**

“Chefe da PM que convocou para ato bolsonarista contra STF e chamou Doria de ‘cepa indiana’ é afastado do cargo” (Poder, 23/8). O movimento desse militar está sendo bem calculado. O objetivo é causar dúvidas nas mentes dos subalternos e promover confusão generalizada. Se sofrer punição no seio do governo paulista, será recebido de braços abertos no Planalto, já de olho em alguma promoção ou nomeação. Estamos caminhando perigosamente para um regime de exceção.

**José Eduardo Campos** (São Paulo, SP)

\*

E assim Bolsochaves vem transformando o Brasil na maior Venezuela do mundo. Somos agora a Brazuela.

**Carlos Vastare** (Rio Grande, RS)

\*

Deve ser expulso da Polícia Militar e cair no limbo.

**José Adolfo Mota de Almeida** (Umuarama, PR)

\*

Eu sou policial militar e não concordo com essas manifestações em favor do presidente sem filtros. Ele é pernicioso na política, e a faz de uma forma atabalhoada e agressiva, visando seu nicho, que cada vez mira mais. Entendo que muitos policiais militares apoiem nosso aspirante a caudilho, visto que as polícias nunca tiveram apoio tão explícito de político importante. Mas meus colegas de farda precisam tomar cuidado com o canto da sereia, porque os ocupantes de cargos executivos têm validade curta.

**Jorge Augusto Leme** (Mairiporã, SP)

**Para gado**

“Ivermectina é para gado e não deve ser usada contra a Covid, diz agência dos EUA” (Saúde, 23/8). Só para gado. Fica a dica para os seguidores do coiso. A população do Amazonas tomou ivermectina e cloroquina como se fossem água. Mudou a taxa de mortalidade? Pelo contrário. Morreram muito mais pessoas. Outro ponto: cidades de tendência bolsonarista tiveram muito mais infectados e mortes. Se o gado tomou, por que morreu?

**Heveson Lima** (Luís Eduardo Magalhães, BA)

\*

Mal consegui terminar de ler a reportagem, porque não conseguia parar de rolar no chão de tanto rir: “Você não é cavalo... Você não é gado... Pare com isso”. Recado para os minions daqui.

**Rondinelle Nery Silva** (Fortaleza, CE)

\*

Pelo menos uma vez passamos na frente da FDA! A gente já sabia que ivermectina era para gado há muuuuuuuu tempo.

**Cícero Carvalho** (Uberlândia, MG)

**Testes em animais**

A reportagem “Teste em animais permite saber se as coisas são seguras (Folhinha, 21/8) falha ao não revelar os fracassos da experimentação animal e o fato de que todos esses animais sofrem e são mortos após os ensaios. Camundongos não são humanos em miniatura. A ciência não entende o que é ética. Podemos melhorar. A crueldade cometida contra animais não humanos jamais seria aceita se praticada contra qualquer ser humano.

**Ricardo Izar**, deputado federal (PP/SP)

## ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

**ILUSTRADA ILUSTRÍSSIMA** (22.AGO., PÁG. C10) Diferentemente do sugerido na seção “É hoje”, no domingo passado (22/8), completaram-se 40 anos da morte, não de vida, de Glauber Rocha. A parte final do artigo “Continuar assistindo como você?” foi cortada. O final do trecho era este: “(...) ao mesmo tempo em que pede autorização para me comer. Não há dúvida de que é um fardo pesado, assistir como eu”. A coluna completa pode ser lida em [folha.com/7ifpcood](http://folha.com/7ifpcood).

**MPME** (22.AGO., PÁG. 4) Diferentemente do publicado no texto “Destinos de luxo atraem turistas brasileiros com oferta de exclusividade”, a inauguração do hotel Anavilhanas Jungle Lodge foi em 2007, não em 2017.